

LÍNGUAS E ESPAÇOS DE ENUNCIÇÃO

Pensar a enunciação é, como o sabemos desde Benveniste¹, pensar a relação constitutiva estabelecida entre a língua e o sujeito, relação que é, a um só tempo, simbólica e histórica. Sujeitos e línguas estão enlaçados no acontecimento da enunciação, que se dá em um espaço-tempo sempre-já-simbolizado e significado pelas relações de sentido que o acontecimento enunciativo recorta. Como afirma Guimarães (2002), “há falantes porque há línguas” e a condição de possibilidade do dizer é justamente essa relação com as línguas (no plural), que determinam o sujeito. Analisar a enunciação é, segundo este autor, analisar o processo pelo qual o falante se constitui enquanto tal no interior de um espaço de enunciação.

A noção de *espaço de enunciação* se encontra, assim, no centro de uma abordagem semântica do funcionamento da língua e das línguas, trazendo a questão do agenciamento enunciativo e do sentido para o foco das interrogações. Esta noção, proposta e desenvolvida por Eduardo Guimarães nos seus trabalhos já há mais de uma década², foi definida inicialmente como segue:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

O espaço de enunciação é, conseqüentemente, um espaço político atravessado por conflitos e relações desiguais entre línguas e falantes. Assim, a semântica enunciativa traz para seu próprio campo questões que abordam o estudo de políticas linguísticas³, de processos de gramatização e instrumentação das línguas⁴, de constituição histórica das dimensões da língua⁵ (oficial, nacional, regional, materna,

estrangeira, etc.), num diálogo sempre produtivo com os campos teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Análise do Discurso.

Os trabalhos que compõem o presente dossiê, e que apresentamos a seguir, abordam a relação entre línguas e falantes em diversos espaços de enunciação. Seus autores têm reconhecida trajetória no estudo dessa questão e se inscrevem no cruzamento dos domínios de conhecimento e dos objetos de pesquisa que acabamos de mencionar.

O primeiro artigo, de autoria de Leandro Rodrigues Alves Diniz e Ana Cecília Cossi Bizon analisa duas políticas do Estado brasileiro que, direta ou indiretamente, almejam ampliar o espaço de enunciação do português do Brasil, a saber: aquelas implementadas através dos Centros Culturais Brasileiros e do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Os autores descrevem sua incidência na África, particularmente, a “lusófona”, sinalizando os efeitos de silenciamento e colonização linguística produzidos.

Em seguida, encontramos o artigo de Luiza Katia Castello Branco, que descreve o modo complexo como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto organização internacional, produz sentido sobre a língua portuguesa a partir de um imaginário de homogeneidade linguística. A autora mostra os funcionamentos discursivos pelos quais é produzida, como efeito ideológico, a evidência de que há “uma” e a “mesma” língua portuguesa, que seria falada nos oito países membros por todos os seus cidadãos.

A continuação, José Simão da Silva Sobrinho analisa o imaginário sobre o espaço de enunciação brasileiro, que se encontra em funcionamento no Museu da Língua Portuguesa. O objetivo de sua pesquisa é compreender as relações entre línguas, tal como conformadas por esse imaginário, tendo como hipótese de trabalho que os sujeitos são implicados por essas relações no processo de enunciação.

No quarto artigo do dossiê, Mônica Graciela Zoppi Fontana explora os efeitos sobre o processo de gramatização da língua portuguesa produzidos por políticas linguísticas explícitas, que intervêm declaradamente na luta contra práticas sexistas da sociedade. A questão do sexismo na linguagem não é nova no campo dos estudos da linguagem, porém, a pesquisa da autora avança novas questões sobre o tema, ao investigar os efeitos sobre a *língua oficial* que essas iniciativas provocam. O corpus analisado reúne dois documentos

produzidos pelo Estado, um brasileiro e o outro português, cuja finalidade é promover equidade de gênero no uso da linguagem por parte da administração pública.

Ainda se debruçando sobre a temática das relações estabelecidas pela língua portuguesa em diferentes espaços de enunciação, nos deparamos com o trabalho de André Stefferson M. Stahlhauer e Soeli Maria Schreiber da Silva, que observa os processos enunciativos envolvidos na produção de sentidos sobre a língua portuguesa em relação às outras da e na Suíça e de seus falantes, enquanto categorias do simbólico. Fala-se o português na Suíça e tal gesto significa, conforme os autores, em um espaço já tomado por outras línguas, por outras identidades e divisões sociais.

Os dois últimos artigos reunidos neste dossiê trazem para o debate a questão da língua espanhola e de seu processo de gramatização e instrumentação.

María Teresa Celada, Michele Costa e Daniela Brianezi analisam o funcionamento de alguns termos que, no âmbito hispânico, aparecem como designações de tipos de obras lexicográficas e, em certos casos, podem chegar a fazer parte de seus títulos. Trata-se do uso de adjetivos ou sintagmas que qualificam ou especificam o substantivo “dicionário”. Primeiramente, as autoras exploram a série “geral/integral/parcial, contrastivo, diferencial” para, posteriormente, passar a trabalhar o sintagma “de dúvidas”. A análise desenvolvida no texto mostra que tais especificações se significam em uma relação de complementariedade, constituída pela contradição histórica instaurada por um processo de (des)colonização linguística.

O artigo que encerra o dossiê, de autoria de Juan Eduardo Bonnin e Daniela Lauría, docentes e pesquisadores argentinos, inova ao recortar como seu objeto o funcionamento da interface virtual que constitui atualmente os dicionários monolíngues de língua espanhola, disponíveis *online*. Os autores consideram que esta revolução tecnolinguística, atravessada pelos processos de globalização, transnacionalização e integração regional, que afetam o próprio conceito de Estado-nação, abre, inevitavelmente, uma nova instância de gramatização da língua. Assim, os autores colocam como objetivo, observar, a partir da abordagem glotopolítica, o impacto das novas

tecnologias e linguagens nos processos de dicionarização contemporâneos do espanhol.

Esta diversidade de temas, autores, recortes espaciais e redes de relações, entre línguas e falantes, oferece um amplo leque de reflexões em torno da noção de espaço de enunciação, enriquecendo assim, sua conceituação e o debate que ela inaugura.

Convidamos, então, o leitor, a nos acompanhar neste mergulho teórico nos estudos da enunciação, que se concentram na dimensão simbólica e histórica das relações que constituem as línguas e os falantes.

Mónica Graciela Zoppi Fontana

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Da Unicamp.
- BENVENISTE, E. (1966). *Problemas de linguística geral*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1991.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005). *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas, Cefiel/IEL/Unicamp.
- _____. (2011). *Análise de texto*. Procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG Editora.
- ORLANDI, E. (2002). *Língua e conhecimento linguístico*. Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora.
- ORLANDI, E. (org.). (2007). *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- PAYER, M. O. (2009a). “Dimensões Materna e Nacional das Línguas”. In: *Anais do SILEL*. Vol.1. Uberlândia: EDUFU.
- _____. (2009b). “Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade”. In: ZOPPI FONTANA, M. (Org.). *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, p.43-58.

Notas

¹ Cf. Benveniste (1966)

² Cf. Guimarães, 2002; 2005; 2011; 2014.

³ Cf. Orlandi, 2002; Orlandi (org.) 2007.

⁴ Cf. Auroux, 1992.

⁵ Cf. Payer, 2009a; 2009b.